

EMMANUEL ROCHA JÚNIOR

**A BAIANA DE ACARAJÉ NO MERCADO INFORMAL DE SALVADOR:
UM ESTUDO DE CASO**

**SALVADOR
2001**

EMMANUEL ROCHA JUNIOR

**A BAIANA DE ACARAJÉ NO MERCADO INFORMAL DE SALVADOR:
UM ESTUDO DE CASO**

**Monografia apresentada na conclusão do curso de
Ciências Econômicas da Universidade Federal da
Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Ciências Econômicas**

Orientador: Professor Antônio Plínio Pires de Moura

**SALVADOR
2001**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a toda a minha família, em especial a minha mãe, Dona Jó, pelo árduo trabalho que teve em nos criar. A Elissandra pela amizade sincera.

AGRADECIMENTOS

Aproveitando a oportunidade, agradeço de coração ao Professor Plínio por toda a sua sabedoria e "paciência," e pelo belo trabalho que desenvolve na universidade, aos ilustres colegas Elissandra, Cibele e Alessandro, pelo enorme apoio que dispuseram ao longo de toda esta jornada, ao Professor Lielson que nos preparou para ser pesquisadores em economia, e a todo o corpo de professores e funcionários desta faculdade.

RESUMO

Este estudo objetiva tratar do perfil do vendedor de acarajé, trabalhador autônomo que compõe o universo da informalidade em Salvador. Retirou-se para a pesquisa uma amostra composta de 25 indivíduos, localizada no trecho entre as praias de Itapoã e Piatã na Av. Octávio Mangabeira. No presente trabalho foram tratados algumas proposições, entre estas o desemprego nos anos noventa e o debates teórico o qual originou o conceito do Setor informal. Pretendeu-se neste caso, entender como estes trabalhadores se inserem neste mercado, sua dinâmica e características mais importantes .Sendo assim separou-se para estudo um fragmento dessa engrenagem maior, o mercado informal, onde milhares de pessoas trabalham fora dos padrões de relações de trabalho e acumulação tipicamente capitalista.

**“A maior coragem que podemos ter é a
confiança na capacidade do nosso esforço”
(Coelho Neto)**

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	8
1 INTRODUÇÃO.....	9
2 O EMPREGO NOS ANOS NOVENTA	12
2.1 O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR RMS.....	15
3 O CRESCIMENTO DA INFORMALIDADE.....	22
3.1 A CONCEITUAÇÃO REFERENTE AO TERMO SETOR INFORMAL.....	23
3.1.1 O desenvolvimento do conceito: informalidade e formas de participação na produção.....	26
3.2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO SEGMENTO INFORMAL FRENTE AO SETOR FORMAL.....	27
3.3 VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM NA PREFERÊNCIA PELA INFORMALIDADE.....	29
3.4 O MERCADO INFORMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR- RMS.....	31
4 A BAIANA DO ACARAJÉ.....	37
4.1 OS ESCRAVOS URBANOS.....	38
4.2 A NEGRA NO TRABALHO DOMÉSTICO.....	39
4.3 A VENDA DO ACARAJÉ NAS RUAS DE SALVADOR.....	41
5 MERCADO INFORMAL: TIPIFICAÇÃO DO SEGMENTO BAIANA DE ACARAJÉ.....	42
5.1 INTRODUÇÃO.....	43
5.2 ORIGEM E PERFIL PESSOAL DOS ENTREVISTADOS.....	44
5.3 CAPITALIZAÇÃO INICIAL E INVESTIMENTO.....	47
5.4 CARACTERÍSTICA DA ATIVIDADE.....	48
6 CONCLUSÕES.....	55
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

TABELA 1-TAXA DE DESEMPREGO ABERTO, MÉDIAS ANUAIS-1990/1998.....	16
GRÁFICO 1-TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO, BRASIL E RMS, 1990/1998.....	17
TABELA 2-POPULAÇÃO OCUPADA POR RAMOS DE ATIVIDADE-RMS- 1990/1998.....	19
TABELA 3-POPULAÇÃO OCUPADA POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO-RMS- 1990/1998.....	33
GRÁFICO 2- RENDIMENTO MÉDIO REAL DOS OCUPADOS-RMS- 1994/1998.....	35
TABELA 4- NÍVEL DE ESCOLARIDADE DAS BAIANAS DE ACARAJÉ.....	44
TABELA 5- DISTRIBUICAO POR IDADE DAS BAIANAS DE ACARAJÉ.....	45
TABELA 6- DISTRIBUICAO POR SEXO.....	45
TABELA 7- LOCAL DE RESIDÊNCIA DAS BAIANAS DE ACARAJÉ.....	46
TABELA 8- OCUPACAO ANTERIOR DAS BAIANAS DE ACARAJÉ.....	47
TABELA 9- FONTE DE RECURSOS.....	47
TABELA 10- CONTROLE CONTÁBIL DA ATIVIDADE.....	48
TABELA 11-RENDA FAMILIAR- ORIGEM.....	49
TABELA 12- PARTICIPAÇÃO FAMILIAR NA ATIVIDADE.....	49
TABELA 13- PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE.....	50
TABELA 14- DESEJO DE MUDANCA DE ATIVIDADE.....	50
TABELA 15- BAIANAS DE ACARAJÉ- FATURAMENTO MÉDIO SEMANAL.....	51
TABELA16-BAIANAS DE ACARAJÉ-HORAS TRABALHADAS SEMANALMENTE.....	52
TABELA 17-BAIANAS DE ACARAJÉ- HABITUALIDADE DO TRABALHO.....	53
TABELA18-BAIANAS DE ACARAJÉ- TEMPO DE PERMANÊNCIA NA ATIVIDADE.....	54

1 INTRODUÇÃO

A proposta deste trabalho é estudar, respeitando os limites da literatura existente, alguns aspectos do mercado informal em Salvador, especificamente o segmento das baianas de acarajé

Sendo assim, a pesquisa desenvolvida buscou retratar de que forma as baianas de acarajé trabalham, sobrevivem, enfim, como se comportam no mercado informal de Salvador.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor informal no Brasil responde pela ocupação de 12,87 milhões de pessoas, um quarto da população brasileira economicamente ativa.

Além dos mais pobres, o setor informal também termina abrigando os grupos mais vulneráveis, como mulheres e jovens que têm maior dificuldade de conseguir emprego no setor formal. Em pesquisa feita pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), constatou-se que nas principais cidades latino-americanas no ano de 1995, 75% e 80% dos postos no setor informal são ocupados por pessoas de baixa renda.

A realidade da economia informal, entretanto, nem sempre é contemplada como refúgio de excluídos do mercado, ou seja, a inserção neste tipo de mercado não é em todo seu conjunto involuntária. Dito de outra forma, nem toda a informalidade deve ser considerada sinônimo de marginalidade social, exclusão ou miséria; a ocupação e sobretudo o empreendedorismo informal podem ser identificados a estratégias mais ou menos bem sucedidas de inserção e mesmo de ascensão social." É preciso reconhecer, em segundo lugar, que o trabalho no informal é produtivo, no sentido de que agrega valor, e que uma parcela considerável dos negócios informais acumula capital."(Almeida;Azevedo,2000,p.14)

Segundo Braga; Fernandes(1999,p.31) ao analisar o mercado informal da Região Metropolitana de Salvador:

" A ocupação não-registrada não é necessariamente representada por atividades irregulares ou de baixa qualidade, mas em geral deixa de dar acesso a direitos adquiridos pelos trabalhadores, tanto individual como coletivamente. Configura-se como o maior problema do mercado de trabalho da Grande Salvador, dado que é a partir da precarização das formas de contratação que este mercado ajusta-se às diversas crises enfrentadas pelo país nas décadas de 80 e 90."

De acordo os dados da PNAD de 1987, ao analisar a estrutura ocupacional da RMS, observou-se o expressivo peso dos trabalhadores autônomos ou conta própria e dos que apesar de incluídos na categoria de assalariados, não têm carteira de trabalho assinada, conseqüentemente não tem acesso aos benefícios da previdência social

Diante das questões levantadas acima e de outras citadas na presente monografia, procurou-se para um melhor detalhamento destas, dividir o estudo monográfico em quatro capítulos, além da introdução e conclusão. Assim o desenvolvimento de cada um deu-se em levantamentos dos principais tópicos e questionamentos acerca do tema.

Com esta intenção o segundo capítulo traçará um perfil do emprego nos anos noventa, bem como o comportamento do mercado de trabalho formal na Região Metropolitana de Salvador.

O capítulo três contém um panorama geral dos conceitos que definem a informalidade, desde o início dos estudos na área, na década de sessenta, até os conceitos atuais que são utilizados nesta monografia.

Estabelecida a conceituação básica de informalidade; no quarto capítulo fez-se um apanhado histórico sobre as baianas de acarajé, tentou-se com isso mostrar a origem da venda desta iguaria nas ruas de Salvador.

E finalmente no quinto capítulo, fez-se uma análise dos dados coletados na pesquisa de campo, onde foram entrevistadas 25 baianas de acarajé nos seus locais de trabalho, entre os meses de Agosto e Setembro de 2000.

A última parte da monografia mostra as conclusões acerca das idéias propostas , baseadas nos dados fornecidos pela pesquisa, e o aparecimento de outras questões referentes ao objeto estudado.

2 O EMPREGO NOS ANOS NOVENTA

Na década de noventa a problemática do desemprego tem afligido o país. Políticas macroeconômicas desenvolvidas no âmbito nacional e internacional têm repercutido na contração do número de empregos no setor formal da economia. Em decorrência delas, o número de pessoas desempregadas tem crescido, conduzindo a previsões nada satisfatórias quanto ao desempenho da economia nos próximos anos.

O fenômeno do desemprego, fruto, em parte, de política de controle à inflação, tornou-se em fins do século XX, o centro das atenções:

“A partir dos anos 90, as políticas que foram empreendidas no país, inicialmente pelo Governo Collor, contribuíram para que os efeitos da reestruturação produtiva¹ fossem intensificados, sendo acompanhados por um desemprego tecnológico crescente. Em muitos casos, a implantação desse processo levou á desestruturação e até mesmo à desativação de unidades industriais. A situação foi agravada no Governo FHC, período em que instituiu-se uma política de estabilização consubstanciada no Plano Real, na sobrevalorização do real frente ao dólar e numa grande facilidade para importar.”
(Filgueiras, 1997, p.8)

Após a implantação do Plano Real, o país passou por várias fases na flutuação do nível de atividade econômica caracterizadas por momentos de expansão, estagnação e recessão. Esta última fase teve na crise da Ásia o principal fator da adoção de medidas contracionistas. Essas transformações que se processaram na economia brasileira tiveram reflexos bastante acentuados no mercado de trabalho.

As políticas macroeconômicas de controle do nível da demanda agregada, através de cortes de gastos correntes e de investimento, reajustes de tarifas e elevação na taxa de juros, associadas à reestruturação industrial, provocaram a quebra de empresas de diversos portes.

¹ Reestruturação produtiva fenômeno que ocorreu nos anos 70, como resposta do capital à queda da produtividade

As empresas nacionais ao se inserirem no contexto da nova ordem internacional, caracterizada por inovações na base científico-tecnológica da produção, buscaram aumentar a produtividade a um menor custo, uma vez que a política de estabilização desenvolvida pelo governo passou a exigir delas transformação em ritmo acelerado e, associações com capitais estrangeiros para poderem sobreviver. Em consequência disso, têm-se flutuações conjunturais nas taxas de desemprego que acompanham as flutuações do nível de atividade.

A difusão das novas técnicas produtivas levou à eliminação de milhares de postos de trabalho. Segundo o IBGE, na indústria brasileira, entre 1990 e 95, foram eliminados 2,1 milhões de empregos. "Nesse contexto, a restrição do ritmo de atividades associado à desintegração da estrutura da produção levou a indústria a perder a posição de destaque que havia adquirido após a Segunda Guerra Mundial". (Mattoso, Baltar, 1996, p.3)

A extensão desse processo para os demais setores da economia contribuiu para agravar ainda mais a crise do emprego. Os setores primário e terciário, por exemplo, através da modernização agrícola e do processo de automação bancária, também sofreram os efeitos da ausência de uma política capaz de orientar a reestruturação industrial, a desregulamentação dos mercados e da concorrência, a sobrevalorização cambial e os elevados juros.

Em resposta a esse processo, têm-se o acirramento das disparidades sociais. O crescimento da produtividade intensifica-se na maioria dos casos e, em contrapartida há uma elevação na quantidade de mão-de-obra lançada fora do mercado. O aumento das desigualdades sociais, agregado ao sentimento de insegurança quanto ao emprego, tem como resultado o surgimento de pessoas mais autônomas, individualistas e egoístas.

Os trabalhadores ao perderem a coesão contribuem para que na luta entre capital e o trabalho o primeiro saia vitorioso. A reestruturação da economia nos novos moldes de produção e de comércio internacional, associado ao desemprego estrutural herdado e não resolvido do passado, cria um mercado de trabalho favorável ao empregador.

A busca por aumento de produtividade leva muitas empresas a reduzirem o seu quadro de funcionários. De acordo com Cacciamali (1994, p.225) “a reestruturação tecnológica e organizacional nos setores produtivos e de serviços elimina postos de trabalho ao mesmo tempo que requer um trabalhador multifuncional com grau de qualificação.” Este aspecto agrava a geração de emprego no setor formal, na medida em que diminuem as possibilidades de re-emprego para as pessoas menos qualificadas.

Associado a esse processo, têm-se à expansão da terceirização que promove, em linhas gerais, uma redução na qualidade dos empregos criados e a elevação no número de trabalhadores por conta própria. Nesse contexto, as condições do mercado de trabalho ao serem agravadas com o lento crescimento do emprego formal e um aumento da proporção dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contratos de trabalho formalizado redesenha um novo cenário para esse mercado. Desenvolve-se um ambiente que tem como característica a busca pela qualificação do trabalhador, uma vez que ele precisa exercer uma multivariada de tarefas que requerem maior capacidade de autonomia para intervir no processo produtivo.

As novas exigências do mercado se deparam na questão do baixo nível educacional da maioria da população brasileira. A reformulação do ensino público e gratuito é uma questão que vem sendo ressaltado há diversos anos, mas até o momento não houve a criação de medidas que surtiram efeitos satisfatórios. Esse aspecto dificulta a qualificação do profissional, na medida em que a maioria deles saiu das escolas públicas.

O desemprego se amplia na proporção em que as políticas desenvolvidas possibilitam taxas de crescimento econômico associadas a menores taxas de crescimento do emprego no setor formal. Através da globalização, que é um fenômeno que surge na década de 80, essa tendência se intensifica em virtude desse processo conduzir à crescente competição dos países em desenvolvimento com baixos salários, destruindo empregos ao forçar a redução dos salários nas economias ricas.

A retração do emprego no setor formal e o aumento no processo de terceirização do trabalho conduz ao acirramento das disparidades sociais, na medida em que as empresas terceirizadas contratam em condições menos satisfatórias, muitas vezes contornando a legislação trabalhista e tributária. Este aspecto é decisivo no processo de discussão sobre o mercado de trabalho e indica a necessidade de promover uma reorientação macroeconômica.

Uma das alternativas que tem sido observada para estimular a geração de empregos é o incentivo ao desenvolvimento das pequenas empresas e empreendimentos. Estudos mais recentes apontam para uma potencialidade destes empreendimentos na absorção da mão-de-obra lançada no mercado.

Nesse contexto, o desempenho das baianas de acarajé no mercado informal de Salvador nos últimos anos é um exemplo de que o empreendedorismo pode a longo prazo ter uma parcela de contribuição na absorção da mão-de-obra excedente no mercado. Assim, pretende-se, ao longo do trabalho ora desenvolvido, explanar sobre o real significado da atividade das baianas de acarajé para a economia de Salvador. Para tanto, primeiramente, passa-se a evidenciar e analisar a dinâmica do mercado de trabalho da RMS na década de noventa.

2.1 O COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO FORMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADO-RMS

Ao se analisar o comportamento do mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, observa-se que houve nessa região, assim como nas demais regiões metropolitanas do país, um agravamento do desemprego e uma precarização do trabalho. As pesquisas que medem a evolução do nível de emprego têm indicado uma elevação nacional no número de pessoas desocupadas, em decorrência dos fatores ressaltados anteriormente.

Na década de noventa, o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador foi fortemente influenciado por um conjunto de fatores, tanto de ordem estrutural quanto de ordem conjuntural. No que se refere aos fatores estruturais, que afetam o emprego e a renda,

destacam-se as mudanças frequentemente associadas ao processo de globalização, compreendendo ainda, a reestruturação produtiva como:

" o uso de novas tecnologias, novas estratégias empresariais e novos padrões de gestão no trabalho, tendo por efeito a redução do emprego direto nas empresas, terceirização de serviços, diminuição do emprego industrial, aumento da importância do setor terciário e precarização dos vínculos empregatícios, com elevação do trabalho informal. No Brasil, este processo se intensifica no início do governo Collor, com a abertura comercial, e perpassa toda a década." (Nascimento,1999,p.9)

No que diz respeito às transformações conjunturais, observa-se, na década de noventa, dois diferentes movimentos. Sendo o primeiro marcado pela recessão decorrente do Plano Collor com queda do emprego e dos níveis de renda. O segundo movimento, refere-se ao Plano Real, a partir de 1994, com retomada de crescimento, inicialmente, passando para um novo período de desaceleração da atividade econômica.

No espaço de três anos,1990-92, o país foi marcado pela diminuição da produção, do emprego e da renda. Na RMS, por exemplo, houve um generalizado agravamento do mercado de trabalho, apresentando aumento do desemprego e queda nos níveis de renda da população ocupada, em decorrência do período de recessão combinado com inflação imposto pelo Plano Collor e pela abertura comercial.

TABELA 1

Taxa de desemprego aberto

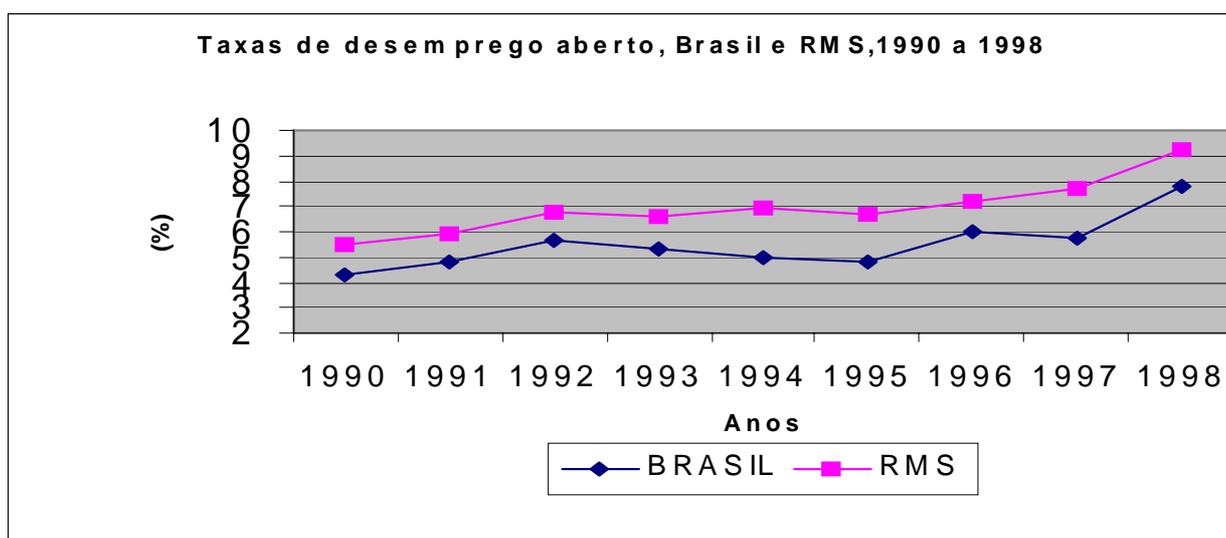
Médias anuais-1990 a1998-Em percentagens

ANO	BRASIL	RMS
1990	4,25	5,39
1991	4,77	5,91
1992	5,71	6,76
1993	5,29	6,61
1994	5,01	7,06
1995	4,63	6,72
1996	5,86	6,84
1997	5,75	7,73
1998	7,73	9,27

Fonte: PME-IBGE

A partir de 1993, a economia inicia um lento processo de recuperação, voltando a obter margens de crescimento. Essa melhoria nos índices econômicos é alavancada em 1994 pela implementação do Plano Real, que, num primeiro momento, se refletiu num aumento da produção, do consumo, do emprego e da renda. Com relação à taxa de desemprego aberto, este aquecimento da economia pode ser constatado pelos números apresentados na Tabela 1. Observou-se que até 1992 a taxa de desemprego é seguidamente ascendente, tanto para o Brasil como para a RMS e que, a partir de 1993 até 1996 há uma redução na taxa brasileira. Na RMS o nível de desemprego aberto se manteve relativamente estável até 1997, quando se registra uma forte alta, o que pode-se visualizar no Gráfico 1.

GRÁFICO 1



Fonte: PME-IBGE

Constata-se no Gráfico 1 que o desemprego na RMS é invariavelmente maior do que a média brasileira, indicando a precariedade do mercado de trabalho local. O gráfico também mostra que, embora em posições distintas, as duas taxas se comportam da mesma forma no período 1990-1992. É clara a mudança de patamar da taxa de desemprego que ocorre nos primeiros

três anos da década, como consequência tanto de fatores conjunturais (a recessão econômica imposta pelo Plano Collor) como de fatores estruturais (a intensa reestruturação produtiva intensificada pelo processo de abertura comercial).

No caso do Brasil, observa-se uma pequena diminuição da taxa de desemprego em 1993, estendendo-se até 1995, evidenciando a retomada do crescimento econômico no primeiro ano do Plano Real. Em 1992, a taxa de desemprego para o Brasil era de 5.71%, recuando para 4.63% em 1995. Este comportamento, entretanto, não se manifesta na RMS. Aqui a taxa se manteve relativamente estável nos anos de 1992 a 1996, variando de 6.7% a 6.8% no período.

A explicação que se pode dar, ao fato da taxa de desemprego da RMS não apresentar o comportamento esperado (isto é, redução do desemprego em função da retomada da atividade econômica, tal qual aconteceu com a taxa para o Brasil) sugere a existência de fatores específicos locais, que impediram a redução do desemprego neste período.

Desta forma, dentre os fatores que podem explicar esse fato estão o crescimento populacional da RMS (taxa de 2.1% entre 1992 e 1996, a maior dentre as seis regiões metropolitanas cobertas pela PME), a continuidade do processo de entrada das mulheres no mercado de trabalho (fenômeno que vem ocorrendo desde a década de oitenta) e o fluxo migratório para a Grande Salvador, originário principalmente do interior do Estado.

Como consequência deste quadro, a população economicamente ativa (PEA) aumentou continuamente, compensando o aumento dos ocupados. Ou seja, a economia gerou novos postos de trabalho, mas isto não foi suficiente para absorver o crescimento do número de pessoas que se ofereciam no mercado de trabalho. O que possivelmente ocorreu na RMS nesse período foi que a retomada do crescimento conseguiu somente fazer com que o ritmo de criação de novas vagas fosse apenas o suficiente para compensar a expansão da PEA, mantendo desta forma, a taxa de desemprego relativamente estável.

No ano de 1997, a conjuntura mostra uma forte tendência de elevação da taxa de desemprego, refletindo não só dificuldades internas derivadas das altas taxas de juros e do câmbio sobrevalorizado mas também os impactos de uma sucessão de choques externos, como as crises cambiais do sudeste asiático e da Rússia, levando de roldão a âncora cambial brasileira, já no início de 1999. A taxa de desemprego eleva-se, e, em 1998, tanto para o Brasil como a RMS registra as médias anuais mais altas da década, com o desemprego na RMS chegando a 9,27%.

TABELA 2
População ocupada por ramos de atividade -RMS
1990 a 1998

SETOR DE ATIVIDADE	ANO									
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1997	1998
IND. TRANSF.	12,35	11,45	10,55	10,1	9,41	9,18	8,8	8,6	8,6	8,44
CONST.CIVIL	9,33	9,14	9,08	8,58	8,92	8,68	8,63	8,19	8,19	8,1
COMÉRCIO	15,2	15,13	15,48	15,78	15,9	15,75	15,9	15,62	15,62	15,55
SERVIÇOS	52,78	53,83	54,03	54,67	55	56,11	56,1	53,73	56,73	57,18
OUTROS	10,32	10,42	10,83	10,85	10,7	10,27	10,6	10,85	10,85	10,7

Fonte:PME-IBGE

Ao se analisar os dados da PME/RMS referentes à distribuição da população ocupada pelos diversos setores e ramos de atividade, pode-se constatar a continuidade do processo de terceirização da mão-de-obra que vem ocorrendo neste mercado desde o final da década de oitenta. Este processo de terceirização, que se caracteriza no aumento contínuo do setor terciário(basicamente do ramo de prestação de serviços) na ocupação total, tem vinculação direta com as transformações estruturais que vêm ocorrendo no mundo do trabalho.

Na RMS, este processo pode ser acompanhado através dos dados da Tabela 2. Desde 1990 nota-se a mesma tendência, qual seja, crescimento contínuo da participação do terciário e redução da participação do secundário no total da ocupação.

A participação dos dois principais ramos do secundário (indústria de transformação e construção civil) passa de 21.68% em 1990 para 16,54% em 1998, sendo que este

decréscimo se deve sobretudo à redução observada na indústria de transformação. Por outro lado, o setor terciário eleva sua participação no mesmo período, em função do crescimento registrado no ramo serviços, já que a participação do comércio se manteve relativamente estável.

É de se notar que a importância do ramo prestação de serviços, em termos de absorção de mão-de-obra, indica, a princípio, piora na qualidade do mercado de trabalho. O setor de serviços na RMS caracteriza-se por formas precárias de inserção dos trabalhadores, com elevada presença da informalidade (empregados sem carteira assinada e trabalhadores por conta própria) e baixos níveis de remuneração.

Este setor, que a princípio serviria como uma espécie de amortecedor dos impactos provocados pela reestruturação produtiva e pela globalização sobre a indústria e a agricultura, também foi alvo, com o processo de automação informatizada, de seus efeitos. Nesse aspecto, deve-se ressaltar que a terceirização do emprego e da ocupação se intensificou em todos os setores. Esse processo se caracteriza quando uma empresa transfere para outras "ou para trabalhadores autônomos os riscos do mercado provenientes das oscilações de demanda e as incertezas do quadro macroeconômico". (Filgueiras;Borges, 1995, p.35)

Os resultados mais visíveis da terceirização é um desemprego crescente e uma acentuação da precariedade estrutural do mercado de trabalho, como no caso da Bahia. Do ponto de vista dos trabalhadores, esse processo está voltado para a redução dos custos da mão-de-obra das empresas e " leva à quebra da identidade e da solidariedade entre os trabalhadores que, embora trabalhando na mesma empresa, passam a ter vários patrões e várias representações sindicais."(Borges;Druck, 1992, p.39)

Na Bahia, o processo de terceirização já se faz presente nos setores mais modernos da economia regional, tais como a indústria de transformação, mas as estatísticas disponíveis sobre ele, ainda não permitem mensurar adequadamente os efeitos negativos para a região. As pesquisas que foram feitas até o momento, revelam que, assim como nos demais Estados,

houve uma drástica redução no número de trabalhadores do setor formal, em contrapartida a uma proliferação de pessoas no mercado informal.

Esse fato conduz a uma análise de que o Estado, como todo o país, também sofreu os efeitos da adoção de medidas econômicas, sem antes ter se criado um ambiente para implementá-las. É nesse contexto que se pretende desenvolver nesse trabalho a análise do papel do setor informal da RMS. Para tanto, observar-se-á como exemplo um fragmento desse mercado: a atividade das baianas de acarajé.

No próximo capítulo, visando retratar de forma mais precisa os efeitos do aprofundamento da recessão a partir de 1990 para a região, far-se-á uma explanação sobre a rápida expansão do mercado informal.

3 O CRESCIMENTO DA INFORMALIDADE

Desde o início dos anos noventa, o grau de informalidade tem aumentado no mercado de trabalho brasileiro. A proporção de trabalhadores com carteira assinada diminuiu bastante, ao passo que a parcela de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada cresceu de forma expressiva. Em geral, o crescimento da informalidade é visto como uma prova inequívoca de precarização do trabalho. Precarização neste caso, entendida como uma piora nas condições de trabalho e de vida do trabalhador.

Segundo a OIT (Organização Internacional do Trabalho), estima-se que, “ cerca de 56% do total de empregos existentes nos centros urbanos da América Latina estão no setor informal, que não para de crescer”(Falcão,1997,p.12)

Por sua própria natureza, a definição e quantificação da economia informal são dados para os quais os próprios economistas não encontram um ponto em comum. No Brasil, qualquer percentual entre 15% e 50% do PIB (Produto Interno Bruto) pode ser aceito, dependendo do especialista que chegou ao resultado e do método utilizado para estabelecer esses parâmetros.

A economia informal movimentou, em Outubro de 1997, cerca de R\$12 bilhões, montante equivalente a 8% do PIB(Produto Interno Bruto), de acordo com a pesquisa sobre o mercado informal brasileiro, feita pelo IBGE(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Segundo Sergio Bresserman Vianna, os dados revelados pela pesquisa vêm desmitificar as “estimativas que apontavam a movimentação , pelo chamado “Brasil Informal”, de um valor equivalente ao PIB oficial.”(Setor,1999,p.8)

Se no Brasil o desemprego não se configurou num empecilho para o seu mercado de trabalho nos anos oitenta, não se pode dizer o mesmo para os anos noventa. Entre esse espaço de tempo, a taxa de desemprego muda de patamar, observa-se um leve processo de desconcentração de renda e a informalidade se estende. Muitos fatores colaboraram para a construção desse novo ambiente, dentre os quais pode-se destacar:

" a estagnação econômica, o processo inflacionário ao longo dos anos 80, a prioridade absoluta de controle inflacionário com o plano real, a desregulamentação econômica com a conseqüente exposição dos produtos nacionais á maior competição internacional, as mudanças na base técnica e organizacional e, mais recentemente, as dificuldades com a balança comercial provocadas pela apreciação cambial"(Azevedo ; Menezes,1996,p.14)

Diferentemente do que se imagina, a economia informal não é um privilégio do Brasil. Acontece em todos os países e em todos os regimes econômicos. De acordo com as estimativas da OIT, cerca de 300 milhões de trabalhadores em todo mundo estão no mercado informal, situação que se agrava no mundo em desenvolvimento. Estudos da OIT apontam que "entre 1980 e 1990 na América Latina o número de trabalhadores no mercado informal passou de 21 milhões para 36 milhões, aumentando sua participação na ocupação urbana de 25% para 32%."(Costa,1997,p.2)

O que se pode observar no intervalo dos anos oitenta e noventa, foi que houve uma grande retração da qualidade dos empregos, passando-se a ter:

“ o uso mais freqüente de contratações sem registro, novas formas de trabalho por conta própria, realce do trabalho doméstico como forma de sobrevivência, além dos trabalhos para uso próprio e construções para o próprio uso que passam a fazer parte das novas estratégias de sobrevivência de grandes contingentes populacionais, localizados nos grandes e médios centros urbanos do país.”(Azevedo ; Menezes,1996,p.16)

3.1 CONCEITUAÇÃO REFERENTE AO TERMO SETOR INFORMAL

A expressão “informalidade” contém uma grande imprecisão conceitual. São muitas as delimitações teóricas referidas ao setor informal. No presente capítulo, num primeiro momento será tratada a definição clássica da OIT, assim como, será considerado o conceito defendido por Maria Cristina Cacciamali², ao qual foi dado maior preferência, dada sua maior abrangência e realismo em analisar o mercado de trabalho informal.

² Professora titular da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, com pós-doutoramento no Massachusetts Institute of Technology.

O termo informalidade passa a se constituir em categoria analítica a partir da década de 70 quando se procurou explicar a heterogeneidade estrutural do emprego nas sociedades capitalistas não desenvolvidas. É uma tentativa de constituir um arcabouço teórico alternativo às teorias desenvolvimentistas e dualistas, que contrapõem o “tradicional” e o “moderno,” além de reafirmar a tese de que as atividades econômicas não tipicamente capitalistas não se constituem em simples resíduos mas em dados estruturais dessa nova ordem econômica.

Foi o antropólogo social Keith Hart quem primeiro introduziu o conceito de informal na literatura científica. Seus estudos partiram da análise dualista de mercados de trabalho na África. Desta forma o trabalho inédito de Keith Hart influenciou:

"a primeira referência internacional para a pesquisa sobre a informalidade, que veio a ser o relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para o emprego no Quênia (1972). Este trabalho se apropria da terminologia criada por Hart, mas propõe uma ótica um pouco distinta da sugerida pela pesquisadora. Para o documento sobre o Quênia, as atividades informais não estão limitadas ao trabalho nas periferias das grandes cidades, as ocupações particulares ou a determinados segmentos da economia. A informalidade é, antes de tudo, um modo de produzir bens e serviços.(Almeida;Azevedo,2000,p.2)

Foi em 1972, que, no importante Relatório sobre o Quênia feita pela OIT, se propôs os conceitos de setores formal e informal como categorias alternativas à oposição setor moderno/tradicional e ao próprio conceito-chave de subemprego. A rejeição ao termo "tradicional prende-se, de um lado, à sua identificação pura e simples com o emprego de tecnologias atrasadas; de outro, deve-se à conotação pejorativa que se lhe atribuía pela assunção de um papel irrelevante na produção de bens e serviços”(Fagundes,1992,p.85)

Ainda que numa nova roupagem o enfoque dual continuasse, com o relatório da OIT já se permitia um entendimento mais preciso do mercado de trabalho.

Segundo Cacciamali, o setor informal é freqüentemente definido na literatura especializada por afirmações de cunho negativo, ou seja: atividades não tipicamente capitalistas, os empregados não registrados, os empregos residuais às firmas com mais de cinco ou dez empregados; os trabalhadores que auferem rendimentos abaixo de um determinado nível salarial, etc. Buscando numa linha conceitual mais rigorosa, demarcar os limites da informalidade, com a exclusão de todas as atividades pautadas nas relações de trabalho assalariadas, o eixo básico do trabalho informal passa a ser “ caracterizado como a ocupação por conta própria, onde o produtor direto é possuidor dos instrumentos de trabalho, podendo recorrer ao trabalho de membros da família ou de ajudantes como extensão de seu próprio trabalho.”(Fagundes,1992,p.62)

No transcurso do desenvolvimento de uma tipologia metodológica do conceito de mercado informal, foram apresentados no documento sobre o Quênia sete critérios definidores da informalidade, entre estes: facilidade de entrada, utilização de recursos locais, mercados concorrenciais, propriedade familiar das empresas, pequena escala das atividades, emprego de tecnologias trabalho-intensivas e formação adquirida fora do sistema escolar formal.

De acordo com Cacciamali(1991,p.15) entende-se por informalidade:

" aquelas atividades econômicas que não separam, de forma precisa, o capital e o trabalho. A posse dos meios e instrumentos de produção, o uso de conhecimentos específicos próprios do produtor direto, o auxílio de mão-de-obra familiar, ou apenas alguns ajudantes, e permitem a produção de bens e serviços por trabalhadores por conta própria. Por outro lado, têm-se ainda como tipicamente informais, as diversas formas de assalariamento real ou disfarçado que não utilizam contratos legais de trabalho. O espaço econômico informal tem convivido, de forma duradoura e simultânea, com as formas capitalistas de produção e constitui um mercado contínuo e específico, com sua racionalidade, barreiras á entrada e formas de absorção da força de trabalho”

Diante deste contexto, a evolução dos conceitos sobre a informalidade caminha num sentido de tornar os setores (formal e informal) dependentes entre si, desta forma, subordinando dinamicamente o informal ao formal, fazendo que o primeiro se ajuste á estrutura produtiva do segundo.

Segundo Pereira (1998,p.16):

“a nova forma de abordar o setor informal decorreu , além do que foi exposto, da necessidade de superar as dificuldades teóricas das primeiras definições e conceitos. Com isso , foi proposto se observar a informalidade a partir da forma do trabalho, das relações do trabalhador com os instrumentos de produção.”

3.1.1 O desenvolvimento do conceito: informalidade e formas de participação na produção

O debate político e acadêmico por que passou o termo setor informal, fez que se procurasse uma nova forma de se discutir o tema, tentando se distanciar das teorias mais heterogêneas de onde provinha o termo. A abordagem passou a ser pela “forma de inserção do trabalhador na produção, em concordância com a OIT, mas abandonando a ótica do dualismo e inserindo a dependência pelo formal por parte do setor informal.”(Pereira;1998,p.43)

Para Cacciamali (1991,p.126), “o novo enfoque rompe a abordagem dual estática substituindo-a por um enfoque dinâmico subordinado e intersticial”. Seguindo este raciocínio, a atividade informal é dita subordinada no sentido de que seu espaço econômico é circunscrito pela dinâmica do capital, sendo constantemente redefinido. As atividades informais atuam em locais ainda não preenchidos, abandonados, criados e recriados pela produção capitalista, "caracterizando-se, pois, por uma inserção intersticial na estrutura econômica. Trata-se de ressaltar a aderência do segmento à dinâmica do capital, sem resvalar para o mecanismo do atrelamento funcional."(Fagundes,1992,p.43)

Nesse sentido, sabe-se que:

" a relação entre o segmento formal e informal é simbiótica, já que a informalidade depende da demanda do mercado formal para sobreviver, que a economia formal transfere custos sociais para o informal(na medida em que se desentende da reprodução dos trabalhadores informais), mas que a produção informal concorre

com a formal, mesmo quando opera comandada pela primeira.”
(Pedrão,1990,p.14)

O enfoque a que se refere o parágrafo anterior tem uma característica dinâmica, mostrando que a informalidade se modifica acompanhando o desenvolvimento econômico e técnico e sua forma de subordinação ao setor formal. Esta dependência se configura num viés tecnológico infra-estrutural e de mercado (demanda). Depreende-se ainda que, a informalidade preenche os espaços, entre as estruturas formais, intersticiais, sendo, portanto, parte integrante e não residual do mercado de trabalho.

Com o abandono da concepção dual sobre o setor informal, vai ser possível ter uma visão contínua do espectro das relações de trabalho e produção, em lugar de apenas duas formas antagônicas e separadas. "Tem-se o trabalho assalariado subdividindo-se em assalariamento ocasional ou temporário, assalariamento sazonal e o disfarçado, além do trabalho assalariado disfarçado”(Pereira,1998,p.17).A diversidade de tipos de trabalho submetidos a esta abordagem destaca ainda o trabalho por conta própria, o emprego doméstico, as pequenas produções em que o proprietário é o produtor ele mesmo do bem ou serviço final.

Para Fagundes(1992,p.80), depreende-se que:

“ as categorias de trabalho por conta própria constituem o núcleo essencial do emprego informal, pois personificam o paradigma da produção mercantil simples. Aí o produtor direto leva ao mercado o produto de seu trabalho (bens e serviços) e não sua capacidade de trabalho, que se exerce diretamente, sem a intermediação de um capitalista. Sua remuneração não toma a forma de salário, vez que não há venda de força de trabalho, nem de lucro, pois não deriva da apropriação sistemática de sobretrabalho alheio. A ausência de contrato de trabalho – legal ou não - torna a erraticidade da renda uma característica inerente a esses trabalhadores, tanto mais pronunciada quanto mais irregular a frequência do exercício da atividade produtiva.”

3.2 ALGUMAS CARACTERÍSTICAS DO SEGMENTO INFORMAL FRENTE AO SETOR FORMAL

No que diz respeito à diversidade encontrada no ambiente informal, algumas características são evidenciadas pelos estudos empíricos, entre elas: a facilidade de entrada e saída; vinculação aos recursos locais; propriedade familiar; pequena escala de operações ; tecnologia de trabalho intensivo; habilidades adquiridas pela tradição; mercados competitivos não regulamentados.

Segundo a pesquisa feita na RMS em março de 1998, na maioria das atividades do setor informal inexistem barreiras a entrada. "Excetuam-se no caso alguns setores que requerem domínio de uma determinada tecnologia como é o caso da área de informática e as manufaturas pré-industriais."(Spinola,1998,p.21). Porém, de modo geral o setor não possui regulamentos e outros entraves de natureza burocrática dada a inexistência do papel do Estado como poder regulador.

Contrariando algumas destas características, Fagundes(1992,p.45) expõe que:

“ a superação da concepção de um setor informal estandardizado traz consigo a crítica da tese de que o segmento teria como uma de suas características básicas a facilidade de entrada (ou sua outra face: o elevado grau de concorrência).Mais uma vez, trata-se de uma generalização indevida. O auto-emprego requer a propriedade, ou pelo menos a posse, dos instrumentos de trabalho, o que por si só já é um fator limitante da entrada. Para algumas atividades informais, os meios de trabalho são facilmente acessíveis, o que não se verifica, no entanto, para o conjunto dessas ocupações.”

Os ciclos de expansão ou retração do setor informal dependem de, pelo menos, quatro grandes fatores, entre eles: dos movimentos e da concorrência que lhes são impostos pelas empresas capitalistas; dos perfis de renda e de demanda que essas empresas geram; dos movimentos da força de trabalho; da consistência das políticas públicas direcionadas para o suporte econômico, tecnológico, financeiro, etc, e ainda do ritmo de expansão das firmas capitalistas.

Segundo Pedrão, “ o caráter subordinado da informalidade determina uma notória flexibilidade do segmento, cuja sobrevivência se faz através de sua adaptabilidade aos espaços abertos pelo movimento do capital.” (Pedrão,1990,p.8)

No aspecto anos de escolaridade/rendimentos, comparando-se os dois setores através das estatísticas disponíveis, observou-se que, as pessoas que têm maior nível educacional auferem rendimentos maiores. Assim sendo, “percebe-se que, tanto para o grupo de trabalhadores com carteira quanto para os sem carteira, adquirir educação representa ganhos relativos significativos.”(Pero,1992,p.326)

Segundo Pereira(1998), a avaliação imprecisa de custos, aparece em geral, como outra característica do setor informal. Isto se deve à difícil separação entre o capital e o trabalho; à utilização do instrumento de trabalho para fins não comerciais; à utilização do trabalho de ajudantes remunerados por produto(alimentação,etc); pela apropriação de parte da produção em espécie pelo produtor; pela quase inexistência de custo fixo (profissionais de trabalho e produção intelectuais).

Além do caráter seletivo no que diz respeito aos atributos pessoais, há referência à diferenciação entre o mercado formal e informal também no requisito condições de trabalho. Os assalariados típicos, submetidos às determinações legais, usualmente realizam jornada de trabalho de extensão próxima àquela fixada institucionalmente, ao passo que os trabalhadores "por conta própria e os empregados sem carteira de trabalho assinada apresentam maior dispersão em torno da jornada média, com elevadas frequências relativas nas menores e maiores faixas de horas trabalhadas.”(Fagundes,1992,p.93)

3.3 VARIÁVEIS QUE INFLUENCIAM NA PREFERÊNCIA PELA INFORMALIDADE

Na literatura especializada é comum pensar que o trabalhador informal não tem opções de escolha entre trabalhar no setor formal e informal. Sua forma de atuação é determinada pela conjuntura do país, assim o desemprego se transforma em tipos de trabalho informal como forma de sobrevivência à margem do sistema.

A grande maioria dos pesquisadores pensa desta forma uma vez que:

“A relação inversa entre ocupação e inatividade nos países europeus é explicada pelo elevado desemprego de longo prazo, enquanto no Brasil, apesar da forte relação inversa entre ocupação e inatividade, o desemprego de longo prazo tende a se transformar nas novas formas de informalidade.”(Azevedo; Menezes,1996,p.4)

Este tipo de argumento, confrontado com a multiplicidade de formas em que se manifesta a informalidade a cada momento, não é verdadeiro. Esta concepção é tratada de forma generalista para com o setor informal, uma vez que não leva em conta a heterogeneidade deste tipo de produção decorrente da modernização e ampliação do setor formal da economia, já que o caráter plural da informalidade é consequência da ampliação de seu mercado que é em sua maior parte constituído pela economia formal.

Segundo Fagundes(1992,p.44), a informalidade não pode ser entendida como:

“ refúgio dos marginalizados urbanos que nele subsistem de forma precária. Se algumas das atividades organizadas de maneira não tipicamente capitalista são ocupações instáveis, exercidas sob condições de trabalho inadequadas pelos menos qualificados entre os trabalhadores, que dão acesso irregular a uma renda de mera sobrevivência física, isto não é verdadeiro para a totalidade das atividades auto-organizadas. Estas englobam também ocupações regularmente exercidas por trabalhadores qualificados, que delas retiram uma renda relativamente elevada, face a média de salários vigentes no mercado, e que desempenham suas funções sob condições de trabalho satisfatórias. É o caso dos pequenos comerciantes estabelecidos, profissionais liberais autônomos, prestadores de serviços dirigidos para demandas de alto nível de renda, por exemplo. Entre esses trabalhadores e os vendedores ambulantes, guardadores de carro e biscateiros, por outro lado, há uma característica comum: todos têm sua capacidade de trabalho distribuída fora do princípio do mercado de trabalho capitalista e sua participação na apropriação do produto social não toma a forma de salário.”

As proposições referentes ao setor informal, erigidas em cima da imagem de uma esfera produtiva inteiramente elástica, com a renda funcionando como a única variável de ajuste ao tamanho do mercado, e com capacidade de absorver todo o contingente populacional não contemplado pelas formas de trabalho tipicamente capitalistas, não consegue se sustentar.

Uma vez que, mais de 1/3 do trabalho por conta própria requer a existência de locais onde possa exercer suas atividades, a exemplo: barraca, banca, galpão, sala, casa ou prédio, assim, que a informalidade não se limita a um mero espaço de reprodução do exército industrial de reserva, desempenhando atividades precárias, com baixos níveis de remuneração ao conjunto salarial do mercado de trabalho capitalista. O segmento abrange também situações ocupacionais com características e condições de trabalho e rendimentos compatíveis com aqueles vigentes entre os assalariados.

Neste contexto, definir uma medida de qualidade da ocupação é uma tema em si muito complexo, visto que envolve aspectos relacionados à percepção do trabalhador do que seja um 'bom' ou 'mau' emprego. "As características que podem afetar a preferência de um trabalhador por um determinado tipo de posto de trabalho são várias: maior renda, garantia de certa estabilidade no emprego, flexibilidade de horário, satisfação no ambiente de trabalho, etc." (Amadeu,1996,p.136). Levando à tona as múltiplas faces em que pode ser analisada a qualidade da ocupação, a combinação de fatores que influenciam esta variável pode determinar escolhas, que não seriam esperadas, se vistas apenas sob uma dimensão.

3.4 O MERCADO INFORMAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR-RMS

A informalidade sempre foi um dado essencial no processo urbano de Salvador, conforme testemunham relatos históricos. Tornou-se mais patente e passou por reorganizações significativas depois da abolição formal da escravidão, que pôs nas ruas um número considerável de pessoas, escravos ou não, dependentes do anterior sistema de comando do trabalho. A existência de uma gama de atividades informais em Salvador não é, portanto, um fenômeno exclusivamente conjuntural.

A análise das mudanças que vêm se processando no mercado de trabalho da RMS, na década de noventa, deve levar em consideração as transformações estruturais do capitalismo a nível mundial, bem como o comportamento da economia brasileira nos últimos anos, marcado por fortes oscilações conjunturais

De acordo com Filgueiras; Borges(1995,p.34) nos anos oitenta :

" num ambiente marcado por uma conjuntura internacional já em rápida transformação e, no plano interno, por períodos de recessão e outros de frágil recuperação do nível de atividade (mas com o mercado ainda protegido), o ajuste das empresas brasileiras foi, em grande parte, viabilizado pelo processo inflacionário, que permitiu transferências maciças de renda do trabalho para o capital, dispensando, embora não totalmente, o desemprego massivo e mudanças radicais nos padrões de contratação da mão-de-obra."

Na RMS, a década de oitenta foi um período de crescimento do mercado de trabalho, com a expansão da oferta de postos de trabalho na indústria, no comércio e, principalmente, nos serviços, dinamizados pelos investimentos do Pólo Petroquímico e na Administração Pública, que registrou um número significativo de contratações na primeira metade da década.

Ainda que esta expansão no número de contratações tenha sido na década de oitenta, menor que o crescimento da oferta de mão-de-obra, e ainda uma parcela expressiva do aumento da ocupação, neste período, tenha decorrido do crescimento do emprego precário e do trabalho por conta própria, a sua maior parte (60%) foi representada pelo crescimento do emprego "formal".

Quando se analisa a década de noventa, percebe-se que:

" com a súbita abertura da economia à competição internacional e a eleição de governos fortemente comprometidos com a agenda neoliberal fazem com que a reestruturação da economia brasileira (e das empresas) passem a incorporar como variáveis fundamentais do ajuste, o desemprego e a flexibilização das relações de trabalho, dois traços que acompanham a reestruturação produtiva de quase todos os países desenvolvidos."(Filgueiras;Borges,1995,p.34)

Pode-se inferir, portanto, que na RMS, os ajustes implementados nos anos noventa vêm bloquear o débil processo de estruturação do mercado de trabalho regional e de crescimento da parcela dos ocupados submetidos a vínculos empregatícios formalizados que vinha ocorrendo nos dois últimos decênios, e ainda reforçando aqueles elementos estruturais negativos, até há pouco tempo associados ao modelo de desenvolvimento do país, tais como o desemprego disfarçado, o emprego precário, a desproteção social, a insegurança e a exclusão de largas camadas de trabalhadores do mercado.

Além do que já foi citado em capítulo anterior, o papel da terceirização na ocupação, outro aspecto fundamental das transformações no mundo do trabalho em curso nos últimos anos é a crescente importância da ocupação informal, em detrimento do emprego formal.

TABELA 3

População ocupada por posição na ocupação RMS 1990 a 1998

TIPO DE INSERÇÃO	ANO								
	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
EMP.C/CARTEIRA	53,18	51,03	50,3	49,19	45,28	44,26	43,9	44,06	45,55
EMP.S/CARTEIRA	19,75	21,12	21,59	21,76	23,64	25,08	24,52	24,26	23,5
CONTA PRÓPRIA	22,61	23,99	23,97	25,29	27,59	27,05	27,71	27,76	27,17
EMPREGADORES	3,63	3,16	3,42	3,00	2,28	2,67	2,96	3,03	3,01

Fonte:PME-IBGE

Observando-se os dados da PME da Tabela 3, relativos à forma de inserção dos ocupados no mercado de trabalho para a década de noventa. Percebe-se a redução do emprego formal (isto é, com carteira de trabalho assinada), passando de 53,18% dos ocupados em 1990 para 45,55% em 1998. Em oposição a esta tendência, os empregados sem carteira têm sua participação em relação à ocupação total ampliada de 19,75% em 1990 para 23,50% em 1998, ao passo que, no mesmo período, os trabalhadores por conta própria passam de 22,61%

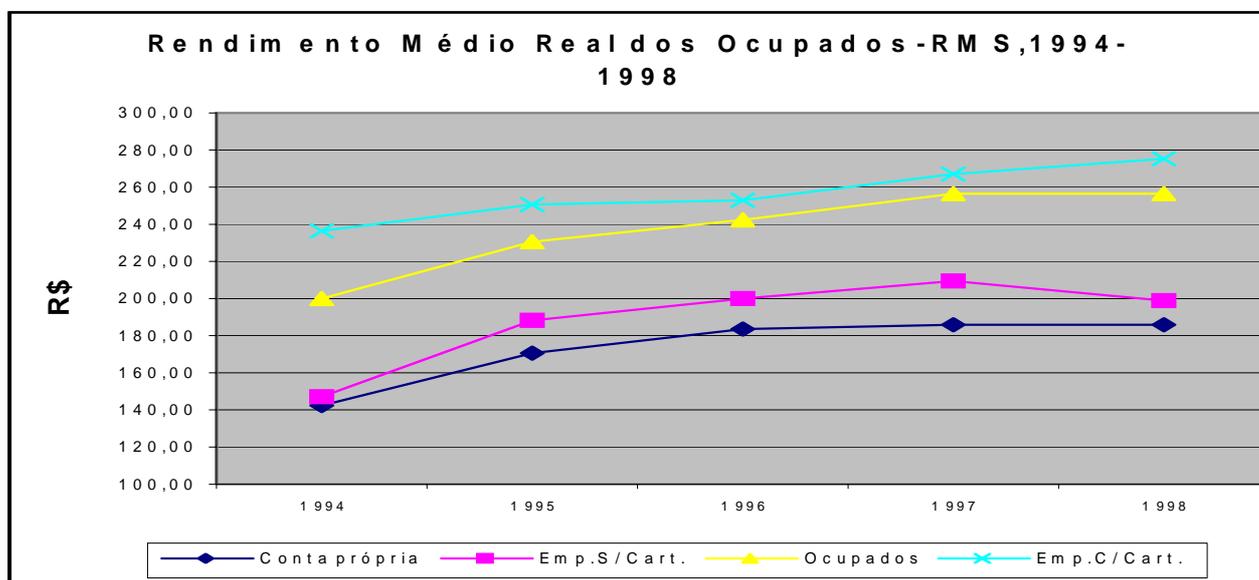
para 27,17%. Esta conjuntura vem a confirmar para a RMS, a mesma tendência que se observa em todo país, qual seja, aumento da informalidade no mercado de trabalho, com piora nos vínculos empregatícios, em detrimento do emprego formal.

Apesar da comparação entre os anos extremos da década de noventa ter demonstrado, inequivocamente, um aumento da informalidade, é prudente estar atento que nos últimos três anos, houve uma certa alteração na tendência que se configurava nos primeiros anos da década. Depois de cair de forma contínua entre 1990 e 1996, a participação dos empregados com carteira cresce a partir de 1997; ao passo que o crescimento dos empregados sem carteira é interrompido em 1996, quando se inicia uma pequena reversão da tendência, enquanto que a participação dos conta-própria permanece relativamente estável desde o ano de 1994. Esses últimos movimentos, apresentam um quadro interessante, merecendo ser objeto de estudos futuros, qual seja, o aparecimento de uma incipiente formalização do mercado de trabalho, simultânea à elevação de desemprego.

Quando a análise se dá no âmbito dos níveis de renda da população ocupada, verificam-se importantes diferenças no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador no período após a implementação do Pano Real, em relação ao período anterior. Se no espaço de três anos, 1990 a 1992, os níveis de renda se mostram declinantes, nos primeiros anos após a implantação do Plano Real verifica-se uma significativa recuperação do rendimento médio real, principalmente para os empregados sem carteira e trabalhadores por conta-própria.

Estes ganhos reais de renda estão diretamente associados à retomada do crescimento e à queda repentina na taxa de inflação, com o conseqüente fim do imposto inflacionário. Este imposto era pago principalmente pela população de baixa renda, que, não tendo acesso aos mecanismos de proteção do mercado financeiro, via seu poder de compra ser corroído pela alta inflação. Com o fim desse imposto, uma parcela considerável da população teve um ganho significativo de renda real.

GRÁFICO2



Fonte:PME-IBGE

Na Região Metropolitana de Salvador, constata-se que o rendimento médio real dos ocupados cresceu 27,34% entre 1994 e 1998. Os empregados com carteira têm aumento de apenas 17,50% no período, ao passo que os empregados sem carteira obtêm 36,66% de crescimento na renda e os por conta própria, cerca de 35,26%. A evolução do rendimento médio real desde a implantação do Plano Real pode ser observada no Gráfico2, em que fica claro que o rendimento médio real dos informais cresceu mais do que proporcionalmente em relação ao rendimento dos trabalhadores formais, no período de vigência do Plano Real. Uma das possíveis explicações para isto, é o fato de que os trabalhadores com carteira de trabalho representam o setor formal da economia, no qual o ajuste às transformações estruturais e conjunturais tem sido mais intenso.

Em síntese, o fenômeno da informalidade é muito forte na economia da RMS, localizando-se principalmente nos setores de comércio de mercadorias e serviços, ou seja no setor terciário.

No próximo capítulo, o presente trabalho tratará da informalidade no contexto da venda de acarajé em alguns bairros de Salvador. O objeto de estudo é a baiana de acarajé, personagem

folclórico e muito presente nas ruas da cidade. No desenvolvimento do capítulo será mostrado um pouco da vida destas mulheres ou “homens” que compõem o imenso universo do setor informal em Salvador.

4 A BAIANA DO ACARAJÉ

Descendente das escravas vindas da África, a baiana, nome original das vendedoras de quitutes apimentados nas ruas de Salvador, representa o símbolo mais forte da cultura popular da Bahia. Mística, especialmente pela força e beleza da sua indumentária- saia, bata, anágua, balangandãs, sandálias, torços e adereços- mantém todo um fascínio que se confunde com a própria magia e mistério da Bahia.

A baiana faz parte da cidade, com os seus tabuleiros³ de acarajé, abará, cocada, bolinhos, presentes em quase todas as suas esquinas.

A figura da baiana, com o torço, balangandãs, saia rodada é um símbolo quase que somente encontrado em Salvador e no Recôncavo. Isso porque, explica o professor Cid Texeira, "elas são descendentes das negras escravas africanas que para cá vieram e foram trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar em Santo Amaro da Purificação, Cachoeira, e nas regiões vizinhas, ou nas senzalas dos casarios dos senhores em Salvador " (Texeira,1992,p.11)

O acarajé, pão de comer da cozinha religiosa afro-baiana, é a composição de duas palavras do vocabulário yorubá, "acará," que significa pão e "jê "que é o verbo comer, elemento de oferenda, é comida dos deuses africanos.

Antigamente nas ruas de Salvador, as pretas do acarajé escolhiam um bairro a cada semana e saíam nos finais de tarde para mercar. Não sentavam nas esquinas." Eram

³ Peça escavada em torno de madeira apropriada, apresentando formato retangular, onde são colocadas as iguarias que são vendidas pelas baianas mercadoras.

seguidoras dos rituais de candomblé⁴ e itineravam com seus tabuleiros na cabeça por obrigação a Iansã e a Xangô. Andavam de tardinha porque comida de santo não pode tomar sol. Seus gritos pela noite pareciam um lamento: Iêêê Abará! Ô Acarajé Ecô!... Tá quentinho !. " (Uzel,1993,p.15)

O acarajé ou o abará, bolos feitos de feijão, por exemplo, eram envoltos em folhas novas de bananeira e assim comercializados. A aquisição de tais folhas exigia longas excursões por matagais, onde as mulheres, armadas de uma faca amolada amarrada na ponta da vara, buscavam as maiores touceiras. Longas caminhadas e uma jornada de trabalho que começava antes do nascer do sol faziam parte do cotidiano dessas mulheres.

Mesmo com a enorme profissionalização que o comércio de acarajé vem sofrendo, é possível ainda ver nos dias de hoje algumas baianas cumprindo à risca um rigoroso ritual. Desde o momento da chegada ao seu ponto de venda, ao primeiro bolinho vendido. Tudo é realizado com a maior seriedade num altar (o tabuleiro) que embora apareça, aos olhos de fora, como um simples suporte onde são colocados os quitutes, os objetos ali dispostos estão inseridos em todo um sentido místico religioso, que vão desde as folhas de guiné, arruda e espada de ogum, à figa enfeitada de fitinhas coloridas.

4.1 OS ESCRAVOS URBANOS

Desde o século passado, os escravos urbanos eram usados em múltiplas atividades, tais como artesãos, carregadores, etc, possuíam maior liberdade de movimento, realizavam, no centro da cidade, no lugar de seus senhores, como " escravos de

⁴ A religião dos negros Iorubas na Bahia.

aluguel, ou de ganho", vendas ambulantes, daqueles quitutes que preparavam, tais como: mingaus, peixes fritos, acarajé, abará, bolos, etc.

Naquela época, os escravos e os alforriados, mesmo sendo majoritários como população, não eram considerados indivíduos, muito menos eram cidadãos."Eram peças humanas, instrumento de produção."(Barcelar,1983,p.21)

Em Salvador, desde a sua formação era possível diferenciar-se categorias distintas, como a dos funcionários do governo, senhores de escravos, comerciantes, servos e escravos, além do crescimento de uma população intermediária ligada às atividades mercantis e urbanas, o que ocasionou a criação de um mercado interno.

A dimensão da exclusão sofrida pelos negros após a abolição , pode ser notada quando estes foram jogados ao mundo e à própria sorte, sem qualquer qualificação que lhes assegurasse a sobrevivência no mercado de trabalho, privados inclusive da "proteção" que lhes garantia a condição de escravo.

4.2 A NEGRA NO TRABALHO DOMÉSTICO

Nos seus relatos históricos, Souza Júnior([1998?],p.16)afirma:

"o aparecimento do negro doméstico, ou ainda, o aproveitamento de certas aptidões dos africanos, sobretudo no século XVIII no Nordeste, reflete ainda, como sugere o professor Edson Carneiro, o momento de um desenvolvimento econômico, onde o negro deixa de ocupar exclusivamente o trabalho e passa a exercer trabalhos de confiança, muito bem expressos na venda dos tabuleiros que dominavam as ruas de algumas cidades"

A mulher negra baiana, fosse escrava, fosse livre ou liberta, participava de quase todos os setores do mundo do trabalho, criando mecanismos para sobreviver e resistir às adversidades. Os problemas refletiam-se no modo de viver e ganhar a vida dentro e fora da escravidão. Para muitas significava lutar contra a miséria e a fome, além de procurar contornar os limites impostos pela escravidão nos papéis sociais que desempenhavam. No setor urbano, estavam inseridas, principalmente, nas atividades domésticas e no ganho, vivendo diariamente nas ruas.

Com relação ao trabalho doméstico, Heráclito([1994?],p.45) observou-se que:

" dentre as oportunidades de trabalho postas para as mulheres pobres baianas da última década do século 19 até os anos 40 deste século, os serviços ligados á rotina doméstica ocupam, sem sombra de dúvida, o primeiro lugar. Aliás, 10.34% da população que declarou profissão no Censo de 1920 dedicava a estas atividades, onde as mulheres se apresentavam em larga maioria, 80.3%."

O trabalho da negra foi utilizado em diversos setores da economia escravista, mas principalmente em atividades domésticas. A maioria das domésticas eram escravas, embora houvessem negras livres e libertas que se "alugavam". A maioria das mulheres escravas servia diretamente na casa do senhor. Havia também um grande número de vendedoras de rua, a exemplo das vendedoras ambulantes, lavadeiras, engomadeiras. Podem ser definidas como artesãs as bordadeiras, rendeiras, costureiras. Poucas eram as que se dedicavam ao trabalho rural.

O elevado número de quitadeiras deve-se ao fato de que as mulheres não necessitavam ausentar-se de casa para exercer o ofício. Outro expediente análogo das quitandas era armar tabuleiros nas calçadas da própria residência ou expor à venda doces e frutas nas janelas da casa. Escolástica Maria de Nazaré , a Ialorixá Menininha,

"foi encontrada por Estácio de Lima, Edson Carneiro e Ruth Landes, em 1938, na penumbrosa entrada de casa(...) com um tabuleiro de doces num pequeno suporte perto dela." (Heráclito,[1994?],p.44)

O candomblé legitimava o trabalho feminino uma vez que prescrevia atividades de ganho, como forma de as "filhas de santo" arranjam dinheiro para o cumprimento das suas obrigações rituais. De acordo com o orixá, a atividade variava. Assim, as filhas de Iansã e Xangô vendiam acarajé, as de Ogum vísceras de boi, as de Omulu sarapatel e moqueca de peixe. O orixá de Mãe Menininha, Oxum, prescrevia a venda de doces

O que irá caracterizar em grande parte a natureza das mercadorias comercializadas por mulheres, é o fato de serem de fabricação caseira e utilizar matéria-prima regional, abundante e barata. Daí a exclusão de doces e salgados finos da culinária portuguesa. Afrânio Peixoto, comentando o preço das comidas de rua, vendidas pelas "crioulas", disse tratar-se de "iguarias tão baratas que uma folha de papel seria muito cara para nelas as embrulhar. Daí serem entregues aos fregueses em pedaços de folhas de bananeira".(Heráclito,[1994?],p.41)

Mesmo levando em conta que tais mercadorias visavam uma clientela de baixo poder aquisitivo, o preço das mesmas espelhava a desqualificação do trabalho feminino, visto que em nenhum momento o esforço despendido e o especializado conhecimento para a sua consecução eram postos como motivos para a elevação do preço dos mesmos.

4.3 A VENDA DO ACARAJÉ NAS RUAS DE SALVADOR

A doceria de rua em Salvador desenvolveu-se, graças ao trabalho incansável de negras forras "... pretalhonas de elevada estatura- essas negras que é costume chamar baianas" (Freire, 1943) que conseguiram arrumar suas vidas, vendendo doces, transformando a "cidade da Bahia" no maior e mais importante centro de alimentação afro-brasileira do país.

Nos relatos da lista de Vilhena apud Souza Júnior ([1998?], p.214):

" o acarajé surge ao lado de outras iguarias comercializadas nas ruas da Bahia do século XVIII. Talvez nenhuma outra comida tenha passado por tanta transformação, reelaboração como esse prato. Se outrora, os bolinhos de feijão eram levados já fritos às ruas e circulavam nas cabeças dos vendedores, hoje, são preparados na hora, comercializados num ponto fixo e, mais ainda, recheados como uma espécie de sandwich onde se acrescenta o vatapá, o caruru, a salada de tomates verdes com vinagre, o molho de camarão e o tradicional molho de pimenta, frito no azeite-de-dendê."

Na década de sessenta, junto com a modernização de Salvador, as baianas do acarajé se multiplicaram, muito em função de ser uma alternativa de sobrevivência frente ao desemprego existente, mas também, o fato de ser cada vez mais comum o hábito de lancha (ou almoçar) acarajés pelos baianos.

Segundo a ABA (Associação das Baianas do Acarajé), o mercado informal do acarajé em Salvador emprega hoje cerca de 5000 pessoas.

O próximo capítulo será, portanto, baseado em observações feitas da amostra, localizada no eixo Itapoã-Piatã, perfazendo um total de 25 baianas entrevistadas. Nele serão tratados alguns aspectos particulares da venda de acarajé dentro do universo amostral escolhido. Em síntese, será feita uma análise dos questionários feitos para a pesquisa.

5 MERCADO INFORMAL: TIPIFICAÇÃO DO SEGMENTO BAIANA DE ACARAJÉ.

5.1 INTRODUÇÃO

A partir do grande universo da informalidade em Salvador, com sua heterogeneidade de formas de trabalho, buscou-se nesta pesquisa estudar uma parte desse mercado, simbolizado na figura da baiana de acarajé. A escolha por esse seguimento da informalidade deveu-se em grande parte à enorme presença de baianas de acarajé na ruas da cidade, estimando-se que exista hoje mercando nas ruas de Salvador cerca de 5000 baianas, segundo a Associação das Baianas de Acarajé (ABA), sendo assim um segmento com uma boa representatividade para estudo

Outro fator que contribuiu também para a escolha do tema foi o fato de existirem poucos trabalhos de pesquisa referentes à profissão de baiana de acarajé.

Nesta seção serão mostrados os resultados do trabalho de campo realizado entre os meses de Agosto e Setembro de 2000. O escopo da pesquisa foi sempre o indivíduo que vendesse acarajé e que estivesse localizado na areia da praia. O trabalho de campo foi feito em dias intermitentes ao longo de dois meses, alguns dias durante o meio da semana, em outros, nos finais de semana, tendo se agrupados os dados. Por exemplo, as perguntas referentes a origem e perfil pessoal dos entrevistados formarão um grupo. Assim também, a forma de capitalização e características da atividade.

Utilizou-se para a pesquisa um questionário com perguntas pertinentes ao conhecimento da vida socio-econômica das entrevistadas, sendo que algumas questões foram feitas de forma a serem respondidas abertamente, tentando-se com isso obter uma maior qualidade das informações recebidas.

Apesar de existirem baianas de acarajé em praticamente todas as áreas da cidade, deu-se preferência às baianas localizada na orla de Salvador, trecho praia de Itapoã/Piatã, em função da concentração de baianas no trecho, representativo do segmento.

5.2 ORIGEM E PERFIL PESSOAL DOS ENTREVISTADOS

No que tange ao perfil da baiana de acarajé, de acordo os dados encontrados na amostra,

TABELA 4
Nível de escolaridade das baianas de acarajé

Escolaridade	Quantidade	Porcentagem
não alfabetizado	4	16
até o 1º grau	16	64
até o 2º grau	5	20
até o 3º grau	0	0
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de campo

pôde-se perceber o baixo grau de qualificação da força de trabalho, pois 16% são analfabetos e 64% possuem até o 1º grau completo. Ao contrário do mercado de trabalho estruturado, que vem exigindo requisitos de educação formal nos seus processos de seleção e recrutamento, mesmo para o desempenho das mais simples tarefas, no caso da auto-ocupação, onde não há exigências de qualificação adquirida através através do ensino formal(salvo a óbvia exceção dos profissionais universitários autônomos), é requerido o domínio de técnicas produtivas e/ou habilidades particulares, conhecimentos assimilados com a própria prática profissional.

TABELA 5
Distribuição por idade das baianas de acarajé

Idade	Quantidade	Porcentagem
De 16 a 25 anos	5	20
De 26 a 35 anos	6	24
De 36 a 50 anos	9	36
Mais de 50 anos	5	20
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de campo

Na abordagem da variável idade no dimensionamento da informalidade, os estudos mostram que há alta participação de indivíduos jovens no mercado informal, passando para uma inserção no mercado de trabalho assalariado na fase adulta, seguido de um recrudescimento da informalidade nas faixas etárias mais avançadas. Apesar da amostra apresentar uma certa homogeneidade nas faixas de idade, pode-se visualizar uma maior concentração entre os 36 a 50 anos de idade, confirmando os estudos referente ao mercado informal de que uma considerável parcela de pessoas inseridas na informalidade apresentam faixas etárias mais altas.

TABELA 6
Distribuição por sexo

Sexo	Quantidade	Porcentagem
Feminino	25	100
Masculino	0	0
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de campo

A participação das mulheres é maior no setor informal, pois frente à necessidade de complementar a renda familiar a mulher participa mais de atividades informais, devido também as facilidades propiciadas á entrada de mulheres, tais como, jornada de trabalho flexível, atividades realizadas junto ao domicílio de residência etc. Apesar de ter sido encontrado um percentual de cem por cento(100%) de participação feminina, não

significando uma surpresa para a pesquisa, pois é notório a tradição de venda de acarajé por mulheres, há de se considerar que esse perfil vem mudando paulatinamente ao longo dos anos. A atividade não é mais exclusiva às mulheres a quem no passado, o candomblé prescrevia a venda de acarajé apenas às mulheres desta religião. Hoje, em virtude da grande profissionalização ocorrida neste segmento, já é possível, ainda que em número reduzido, encontrar pessoas do sexo masculino vendendo acarajé nas ruas da cidade.

TABELA 7

Local de Residência das Baianas de Acarajé - Área Itapoã/Piatã

Local de Residência	Quantidade	Porcentagem
Itapoã	13	52
Bairro da Paz	6	24
Lauro de Freitas	3	12
São Cristóvão	2	8
Pituaçu	1	4
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Na análise da preferência por local de trabalho verificou-se a escolha próxima ao domicílio, o que indica uma decisão racional por parte das baianas, vez que os instrumentos de trabalho (tabuleiro, panelas, fogareiro, etc.) são na maioria das vezes guardados em casa, e como uma grande parcela das baianas tem filhos, esta proximidade permite que elas tenham mais tempo para os afazeres domésticos, como cuidar de casa, dos filhos etc. O resultado mostrou um considerável percentual da amostra morando no bairro de Itapoã, com 52% dos casos. De acordo às respostas obtidas, no geral as baianas entrevistadas moram relativamente próximo ao local de trabalho.

TABELA 8

Ocupação anterior das Baianas de acarajé- Área Itapoã/Piatã

Ocupação anterior	Quantidade	Porcentagem
Faxineira	3	28
Doméstica	12	48
Cozinheira rest.	3	12
Outros	7	12
total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Quando se perguntou qual era a atividade anterior, a profissão de doméstica foi a resposta mais freqüente, com 48% do total. O quesito "outros," indicou que as baianas antes de vender acarajé estudavam ou trabalhavam de vendedoras no mercado formal.

5.3 CAPITALIZAÇÃO INICIAL E INVESTIMENTO

Neste tópico pesquisou-se sobre a fonte de capital necessário a inicialização da atividade e a maneira como estes recursos seriam processados.

TABELA 9

Fonte de Recursos

Origem dos recursos para início do negócio	Quantidade	Porcentagem
Dinheiro próprio, de trabalhos anteriores formais	3	12
De parentes ou amigos, de trabalhos formais	6	24
De parentes ou amigos, de trabalhos informais	13	52
Empréstimos ou financiamentos bancários	0	0
Aposentadorias, pensões	1	4
Não lembra	2	8
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Procurou-se saber de que forma as baianas de acarajé conseguiram o capital para iniciar o negócio, constatando-se pela entrevista, que mais da metade da amostra, 52%, obteve o primeiro capital através de parentes ou amigos; e que estes na sua grande maioria, operam também no mercado informal. No item empréstimos e financiamentos bancários não houve nenhuma freqüência dentre as respostas obtidas, indicando a inexistência de um fator de

interligação entre os mercados formais e informais, confirmando desta forma, uma dificuldade de acesso (ou fuga) ao sistema financeiro e a existência de um sistema de crédito também informal. As entrevistadas informaram que estes empréstimos são feitos em sua maior parte, na base da confiança e da amizade, os prazos de pagamento são bastantes flexíveis, não havendo nenhum tipo de contrato para isso.

TABELA 10
Controle Contábil da Atividade

Faz a contabilidade da sua atividade de maneira organizada?	Quantidade	Porcentagem
Sim	3	12
Não	22	88
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

A grande maioria das baianas de acarajé entrevistadas, 88% dos casos, não faz o controle contábil da atividade. Ao contrário do setor formal da economia que se pauta na busca de uma taxa de lucro competitiva, havendo neste caso a necessidade premente de monitoramento dos gastos e dos investimentos, nesta esfera informal guiada pelo fluxo de renda, a racionalidade não é aquela voltada para o lucro e para a acumulação. Ao invés disso, o objetivo principal foi a obtenção de recursos que garantissem a sobrevivência do proprietário e da sua família. Analisando as respostas das entrevistadas, pôde-se observar que as baianas que faziam algum tipo de controle contábil eram as que tinham um nível maior de estudo, evidenciando desta forma, a importância da qualificação da mão-de-obra no desempenho e ampliação da atividade.

5.4 CARACTERÍSTICAS DA ATIVIDADE

No que diz respeito a característica do negócio, tem-se que a atividade das baianas é a principal fonte de renda em 96% dos casos.

TABELA 11
Renda familiar- Origem

Vender acarajé é a sua principal fonte de renda?	Quantidade	Percentagem
Sim	24	96
Não	1	4
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

A venda de acarajé é a atividade principal e quase que exclusiva das entrevistadas. Ainda que algumas trabalhem em outros lugares como faxineiras, lavadeiras de roupa, etc. a sua principal fonte de renda é a venda de acarajés.

TABELA 12
Participação familiar na Atividade

A sua família ou parte dela trabalha com você?	Quantidade	Percentagem
Sim, toda família	2	8
Sim, parte da família	21	84
Não	2	8
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Na literatura especializada um dos fatos que caracteriza o trabalho informal é o uso de mão-de-obra familiar, como verificou-se em 84% pesquisados. O trabalho familiar começa dentro da própria residência no preparo da massa do acarajé, continuando até o ponto de venda, onde a baiana é auxiliada na preparo e venda das iguarias.

TABELA 13
Permanência na Atividade

Principal motivo para permanecer na atividade	Quantidade	Porcentagem
Renda	1	4
Não quer ser empregado	10	40
Gosta da atividade	3	12
Tradição de família	7	28
Sobrevivência	4	16
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

A pesquisa apurou como principal motivo de permanência das entrevistadas no mercado informal, 40% do total, que "não queriam mais ser empregadas de outras pessoas, mas donas do próprio negócio, mesmo que não tivessem a segurança do emprego formal." Ainda que a renda seja um fator decisivo de escolha no mercado informal, no caso das baianas de acarajés, não foi determinante, tendo sido superado por outros como tradição de família (28%), o que indicaria um componente cultural.

TABELA 14
Desejo de Mudança de atividade

Deseja mudar de atividade, tornando-se um empregado com carteira assinada ?	Quantidade	Porcentagem
Sim	7	28
Não	18	72
total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Isto parece ser reforçado pelo resultado constante do Tabela 14 em que 72% dos entrevistados não desejam mudar de atividade. A pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (em 1990) na Região Metropolitana de Salvador, apurou que 58,7% das pessoas ocupadas como empregados sem carteira assinada, conta-

própria, empregadores, e não remunerados, gostariam de mudar para um emprego com carteira de trabalho assinada (IBGE, 1994). Por outro lado, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 1989), informou para a RMS que 65% dos empregados sem carteira declaravam-se interessados em mudar para um emprego com carteira assinada. Embora esse percentual possa variar bastante com a conjuntura em função do diferencial de rendimentos entre emprego formal/outras formas de inserção, os dados empíricos do início da década mostravam a elevada preferência pelo emprego formal. Contrariando essa tendência, os dados da amostra indicam uma preferência em permanecer no ambiente informal em 72% dos casos.

TABELA 15

Baianas de Acarajé- Faturamento Médio Semanal

Faturamento semanal médio	Quantidade	Porcentagem
De R\$100 a R\$300	14	56
De R\$301 a R\$500	6	24
De R\$501 a R\$700	4	16
De R\$701 a R\$900	0	0
De R\$901 a R\$1100	1	4
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

As informações sobre renda, obtidas através das declarações dos entrevistados, têm uma grande proporção de imprecisão, necessitando cautela, pois no caso específico dos trabalhadores por conta-própria com baixa escolaridade, não pode deixar de ser considerado que a irregularidade das atividades que exercem e, principalmente, a dispersão dos recebimentos e dos gastos dificultam a percepção do montante recebido durante o mês. Face as baianas de acarajé não fazerem controle regular de suas contas, foram feitas perguntas que possibilitassem estimar o seu faturamento semanal. Procurou-se saber quanto era vendido por dia, considerando-se dias bons e os ruins, dias estes que a venda varia em função de ser final de semana, feriados ou não. Do apurado na pesquisa, 56% das entrevistadas faturam entre R\$100 e R\$300 semanalmente. A Federação Baiana de Culto

Afro-Brasileiro (Febacab) entidade responsável pelo registro das casas de culto, bem como das baianas de acarajé e de mingau admite ter registradas cerca de três mil baianas, estimando-se com isso que a maioria delas faturem em torno de setecentos reais mensais. Dependendo do ponto e da fama do acarajé, uma baiana como Cira, poderia faturar cerca sessenta e cinco mil reais por mês.

É importante ressaltar que essa análise foi feita com base no faturamento médio das baianas, não se levando em conta os custos operacionais, uma vez que a maioria das baianas não faz um controle preciso da contabilidade do negócio. Isto inviabilizou o conhecimento dos lucros auferidos, contudo a informação anterior sobre fontes de recursos para a atividade, parece indicar baixa capacidade de investimento, levando a uma dinamização reduzida da atividade.

A pesquisa sobre o número de horas trabalhadas semanalmente indicou os seguintes quantitativos:

TABELA 16

Baianas de Acarajé- Horas trabalhadas semanalmente

Horas trabalhadas por semana	Quantidade	Porcentagem
menos de 40 horas	1	4
de 41 a 50 horas	1	4
de 51 a 60 horas	8	32
mais de 61 horas	15	60
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Os resultados mostraram elevada jornada de trabalho das baianas de acarajé, sendo que 60% delas trabalham mais de 50 horas por semana. Supõe-se que a jornada de trabalho de trabalho depende da situação ocupacional do trabalhador. Assim, se este trabalha no setor informal este pode ter jornadas de trabalho bem reduzidas ou bem altas, pois o setor informal permite uma maior flexibilidade para os trabalhadores, principalmente os por conta própria. No caso específico da amostra, a estimativa da jornada semanal de trabalho foi feita a partir da pergunta sobre o horário em que a baiana de acarajé chegava ao local de

trabalho e o horário em que saia, questionando-se, também, a sua frequência durante a semana e dias trabalhados. Assim, por exemplo, uma parcela significativa respondeu que chega geralmente à praia em torno de 8:30 a 9:00 horas, terminando o dia de trabalho geralmente às 18:00 horas, perfazendo uma carga horária de cerca de 8 horas trabalhadas na praia. Como estas baianas relataram que acordam bastante cedo para poder preparar a massa, por volta de 5 horas da manhã, foi acrescentado às oito horas mais três horas de trabalho, o que levou a um cálculo aproximado de 11 horas de trabalho por dia, que foi multiplicado por 6 dias, uma vez que as entrevistadas disseram tirar um dia para descansar durante a semana. Assim achou-se um valor de 66 horas de trabalho semanais para a maioria da amostra.

TABELA 17

Baianas de Acarajé- Habitualidade do Trabalho

Frequência do trabalho	Quantidade	Porcentagem
Todos os meses do ano	11	44
Principalmente no verão	10	40
Somente nos fins de semana	1	4
Outros	3	12
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

Observou-se que este tipo de atividade tem uma grande porção de variabilidade quanto à frequência ao trabalho, com características de sazonalidade em 40% dos casos. As baianas responderam que o melhor período de vendas é no Verão, quando há muito movimento nas praias. Para 44% da amostra, a frequência é durante o ano inteiro. As baianas que vendem durante todo o ano, pelo que se pôde observar têm pontos de melhor localização, próximos à frente das barracas de praia, tendo para isto a permissão dos proprietários, fato este que possibilita uma boa regularidade durante todo o ano.

TABELA 18

Baianas de Acarajé- Tempo de permanência na atividade

Tempo na atividade	Quantidade	Porcentagem
Menos de 1 ano	3	12
De 1 a 3 anos	1	4
De 3 a 5 anos	1	4
De 5 a 15 anos	20	80
Total	25	100

Fonte: Pesquisa de Campo

A hipótese de que os trabalhadores informais permanecem por pouco tempo em suas atividades por exercerem atividades precárias (bicos, empregos temporários etc.), no caso em estudo não foi comprovado, pois apenas 12% das baianas de acarajé tinham menos de um ano na atividade. Por outro lado, mesmo que na literatura apareçam dados indicando que as atividades informais têm uma elevada taxa de rotatividade, no entanto, algumas atividades informais também permitem alguma estabilidade, estando entre estas, a baiana de acarajé. A amostra apresentou em 80% dos casos um tempo de permanência que varia de 5 a 15 anos, valor bastante significativo.

6 CONCLUSÕES

O conceito de setor informal foi elaborado a partir dos países em desenvolvimento por instituições internacionais como o Banco Mundial, no início dos anos setenta. Sendo definido um conjunto de critérios: a utilização de recursos locais- emprego de familiares como ajudantes, autofinanciamento (ausência de créditos institucionais)-; empresas familiares; uso de uma tecnologia de alta intensidade de trabalho e adaptada à demanda, que se traduz na ausência de horários ou de dias fixos de trabalho; formações adquiridas fora do sistema escolar; mercados de concorrência não regulamentados sob o ponto de vista das disposições relativas a salário, à segurança e às condições de trabalho ; podendo-se caracterizar numa produção destinada ao consumidor final.

O segmento baiana de acarajé, objeto de estudo do presente trabalho, demonstrou empiricamente algumas das características do setor informal vistas na literatura, em outras ocasiões divergiu, por exemplo, no aspecto tempo na atividade, onde evidencia-se alta rotatividade dos trabalhadores informais, os dados da pesquisa de campo mostraram um grande percentual de indivíduos com tempo de permanência na atividade bastante acentuado.

Outra constatação observada na amostra , vai de encontro aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE,1994) onde 58.7% das pessoas ocupadas como empregados sem carteira de trabalho assinada, empregadores, conta-própria, e não remunerados, gostariam de mudar para um emprego com carteira assinada. Contrariando esta tendência, a pesquisa mostrou uma expressiva preferência das entrevistadas em permanecer no ambiente informal. Acordando com Pero;Urani(1994), para o caso da Região Metropolitana de São Paulo onde apurou-se que cerca de dois terços dos conta-própria se mostravam desinteressados em trocar o seu trabalho por um emprego formal.

Estas constatações demonstraram que o principal motivo que leva o trabalhador a optar em ser conta-própria, apesar de ser subjetivo, é a satisfação pessoal, sendo que esta depende de outros elementos (subjetivos ou não), tais como o de não ser subordinado (não ter patrão), o de ter seu próprio negócio entre outros.

Os bairros onde residem as baianas de acarajé pesquisadas, Itapoã, Bairro da Paz e outros são locais de grande concentração de mão-de-obra informal. Segundo Pedrão(1990,p.16):

"a acumulação de informalidade se acentua com a criação de bairros informais que não tem relação imediata com a reprodução do mercado formal. Vemos que a criação de bairros informais, basicamente invasões, acompanhando a demanda de serviços às famílias, como é o caso dos bairros que surgem ao lado da orla litorânea norte, onde não há indústrias, como os que vão desde a Boca do Rio até as Novas Malvinas não tem sustentação na criação de postos de trabalho formal."

Além das observações feitas nos parágrafos anteriores, faz-se mister perceber a continuidade do processo de Terceirização, que vem ocorrendo desde o final da década de oitenta neste mercado de trabalho, onde cada empresa transfere para outras empresas ou para trabalhadores autônomos os riscos do mercado. O aumento contínuo da participação do setor terciário (basicamente do ramo prestação de serviços) na ocupação total, em detrimento do setor secundário, tem ligação direta com as transformações estruturais que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, de forma global.

Essa participação do Terciário na economia, é um significativo indicador para a análise da informalidade, uma vez que é neste setor que se concentram as atividades com menor qualificação e rendimentos; os trabalhadores que não tem vínculo empregatício e que não contribuem para a previdência social.

Na esperança de fugir do desemprego, dos salários defasados, trabalhadores tem-se transformado em marreteiros, ambulantes e camelôs, comercializando de alimentos a aparelhos eletrônicos importados. Estima-se que mais de 500 mil pessoas atuem hoje como vendedores nas ruas das maiores capitais.

A perspectiva para o futuro próximo não se apresenta muito animadora. Com a continuidade da recessão e o conseqüente aumento das demissões o mercado informal passa a sofrer uma grande pressão, assistindo-se assim ao aumento das relações de trabalho precárias entre trabalhadores e empregados. Esse quadro se apresenta de forma dramática nas capitais nordestinas particularmente na cidade de Salvador.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ALICE, Suzana. Acarajé: Quitute abençoado por todos os santos e orixás. **O Globo**, 30 Maio,1991.
- ALMEIDA, Paulo Henrique ;AZEVEDO, José S. G. de. A microempresa e a informalidade em Salvdor. UFBA. Faculdade de Ciências Econômicas. Jan.2000.
- AMADEO, Edward; PERO, Valéria, MEYER. Joana. Uma análise da qualidade da ocupação nas regiões metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo em 1990. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. V.26, n.1, abr.1996.
- AZEVEDO, José Sérgio Gabrielli de. Economia e Mercado de Trabalho na Bahia e RMS: uma abordagem de longo prazo. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.10, n.1, Jul. 2000.
- AZEVEDO, J.S.G; MENEZES,W.F. Mudanças no Mercado de Trabalho de Algumas Regiões Metropolitanas: Desemprego e Informalidade. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v.14, n.1/2/3, jan/abr, mai/ago, set/dez. 1996.
- BORGES,A; DRUCK M. G. Terceirização e Mercado de trabalho: Notas Exploratórias. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.2, n.3, p.37-42,dez. 1992.
- BORGES,A; FRANCO,A. Economia Informal da RMS: Verdades e Mitos. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.9, n.3, Dez.1999.
- BRAGA, T. S; FERNADES, C. M., Informalidade e Ocupação Não-Registrada na RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.8, n.4, p.27-35, Mar. 1999.
- CACCIAMALI, M. C. Expansão do Mercado de Trabalho não Regulamentado e Setor Informal. **Estudos Econômicos**, São Paulo,1989.Número especial.
- CACCIAMALI, M. C. As Economias informal e submersa: conceitos e distribuição de renda. **Distribuição de renda no Brasil**, Rio de Janeiro, 1991.
- CACCIAMALI, M. C. Expansão do mercado de trabalho não regulamentado e setor informal. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.19,p. 25-48.1994.Edição especial.
- CPM-CENTRO DE PLANEJAMENTO MUNICIPAL. Comércio Informal. Salvador: Prefeitura Municipal,1992. 74p.
- COSTA, Cleide. Um ralo invisível na contabilidade nacional. **RH em síntese**, Ed.4/6 a, 1997.

- DIAS, Marcos. Divino Tabuleiro. **Correio da Bahia**, Salvador, p.8. 14 de Out.2000.
- DIAS, Tânia Maria da Cunha. **A Baiana de Acarajé: Uma Empresa Familiar de Sucesso**. Salvador,1997. 165p.Dissertação(Mestrado em Administração)Universidade Federal da Bahia.
- FAGUNDES, Maria Emília Marques. Informalidade na Região Metropolitana de Salvador: Um Estudo Exploratório.Salvador,1992.201p.Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Bahia.
- FALCÃO, Daniela. Emprego Informal chega a 56% na AL. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.5,10 jul. 1997.
- FILGUEIRAS, L; BORGES, A. Mercado de Trabalho nos Anos 90: o caso da RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v.5, p.30-36, Dez.1995
- FILGUEIRAS, L. A. M. **Reestruturação produtiva , globalização e neoliberalismo: capitalismo e exclusão social neste final de século**. Salvador: UFBA/FCE, 1997.18p.
- FREIRE, Gilberto. **Casa Grande Senzala**. Rio de Janeiro,1943.
- HERÁCLITO, Humberto. Salvador das Mulheres: Condição Feminina e Cotidiano Popular na Belle Époque Imperfeita. Salvador, [1994?].Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal da Bahia.
- LODY, Raul. Candomblé, Religião e Resistência Cultural. São Paulo: Ática, 1987 (Série Princípios).
- MATTOSO, Jorge; BALTAR, Paulo. **Transformações estruturais e empregos nos anos 90**. Campinas, SP: UNICAMP, (Caderno do Cesit, 21) 1996.
- MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Família e Sociedade na Bahia no século XIX**. 1998.
- MENEZES, W.F; FERNANDEZ, J.C. Ocupação e Informalidade no Mercado de Trabalho da Região Metropolitana de Salvador. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador,n.45, Fev.1998.
- NASCIMENTO, Carla Janira Souza do. **Caracterização das Relações Formais e Informais no Mercado de Trabalho de Feira de Santana**. Salvador,1996.140p. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal da Bahia.
- NASCIMENTO, Ivan do. Os impactos do Plano Real sobre o mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. **Conjuntura &Planejamento**, Salvador, n.63, Ago.1999.
- PEDRÃO, Fernando. Urbanização, Informalidade e Saúde. **Cadernos de Análise Regional**, Salvador, Ano1,n.2, Dez.1998.

PEDRÃO, Fernando. Os Processos da Informalidade e sua organização. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v.7,n.3, Set/Dez.1990.

PEREIRA, Júlio Lins. A Elite Informal de Salvador, os não excluídos: Origem e Perfil. Salvador,1998.76p.Monografia (graduação em Economia) UFBA..

PERO,Valéria; URANI, André. **Os trabalhadores informais querem emprego com contrato formal de trabalho?**. Rio de Janeiro:Anchity pon,1994. p.61-84.

SETOR informal ocupa 12,8 milhões de pessoas. **A TARDE**, Salvador,p.12, 09 jun. 1999.

SOUZA JÚNIOR, Vilson Caetano de . Usos e Abusos das Mulheres de Saia e do Povo do Azeite. São Paulo,[1998?]. Dissertação(Mestrado em Ciências Sociais) PUC-SP

SPINOLA, Noélia Dantaslé.(coord). Manufatura Informal: Pesquisa na RMS. Os segmentos de metal-mecânica e de madeira, móveis e complementos de madeira. Salvador: UNIFACS, Secretaria da Indústria e Comércio e Mineração,1998.

TEIXEIRA, Cid. **Gazeta do Turismo**, Salvador, p.11,Abr.1992.

UZEL, Marcos. Bahia faz hoje homenagem à mulher do tabuleiro. **Bahia hoje**, Salvador, p.15, 25nov.1993.

VILHENA, Luis dos Santos. **Notícias Soteropolitanas**. Salvador: Imprensa do Estado da Bahia, 1922.

WAJNMAN, S; PERPÉTUO, I. H. O. A Redução do Emprego Formal e a Participação Feminina no Mercado de Trabalho Brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte,v.7,n.1, Maio1997.

